

**VIIIª REUNIÃO  
DOS  
MINISTROS DO TRABALHO E DOS ASSUNTOS SOCIAIS  
DA CPLP**

**Dili, 11 e 12 de Fevereiro, 2008**

**MENSAGEM DO DIRECTOR-GERAL DO BIT**

Embaixador Juan Somavia

*Exmas e Exmos. Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa  
Caras e caros convidados,*

É para mim uma honra e um enorme prazer dirigir-vos algumas palavras como contributo para os vossos debates, que adivinho empolgantes e profícuos. Faço-o em língua portuguesa através do Dr. Paulo Bárcia, nosso Director do Escritório em Lisboa que, em minha representação, participará nos vossos trabalhos como observador.

As nossas relações são antigas e têm vindo a reforçar-se. Brasil e Portugal são membros fundadores da OIT. Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe aderiram à nossa Organização há mais de 30 anos, imediatamente após as respectivas independências. Timor-Leste deu-nos a honra de nos ter escolhido como uma das primeiríssimas agências das Nações Unidas a que aderiu.

Aproveito a ocasião para vos dizer que vejo com enorme simpatia a realização desta vossa reunião na cidade de Dili, capital de um dos mais jovens Estados-Membros da nossa Organização.

A OIT reconhece na CPLP um parceiro de primeira importância — uma comunidade com mais de 250 milhões de falantes e cerca de 130 milhões de trabalhadores. Moçambique e Brasil são membros governamentais do nosso Conselho de Administração e há originários da CPLP quer na bancada dos empregadores quer na dos trabalhadores.

Reunindo países de vários continentes, a vossa influência estende-se pelos organismos internacionais e pelas instâncias regionais a que pertencem e com os quais a OIT mantém também uma forte colaboração — Asean, Mercosur, União Africana, União Europeia. Refiro, a esse propósito, que a nossa última Reunião Regional das Américas teve lugar em Brasília e a próxima Reunião Europeia terá lugar em Lisboa, em 2009.

Por outro lado, assumo-me como um convicto defensor do “multilinguismo” e tenho a consciência de que muitos dos nossos parceiros tripartidos da CPLP podem ter dificuldades de participação nas actividades do Sistema das Nações Unidas pelo facto do português não ser língua oficial.

Razões de sobra para que, desde que assumi as funções de Director Geral do BIT, tenha apostado em fortalecer a utilização da língua portuguesa no seio da nossa Organização. Gostaria de vos relembrar algumas das iniciativas mais relevantes que tomámos neste domínio:

- desde o ano 2000 que o português é língua de trabalho da Conferência anual da OIT;
- abrimos, em 2003, o jovem Escritório da OIT em Lisboa que tem como uma das suas funções o relacionamento institucional com o Secretariado Executivo da CPLP;
- formalizei em Genebra, em 2004, com o Embaixador Luís Fonseca, um Memorando de Entendimento com a CPLP;
- graças a um Protocolo que assinei com o Ministro Vieira da Silva em 2005 e aos esforços conjugados dos nossos Escritórios de Lisboa e Brasília, os principais documentos de referência da OIT são agora também publicados regularmente em língua portuguesa;
- estão em curso programas envolvendo simultaneamente vários Estados da CPLP, como o STEP ou o “Projecto de Combate às Piores Formas de Trabalho Infantil” financiados, respectivamente, pelas cooperações portuguesa e brasileira;
- finalmente, o nosso Centro de Formação em Turim, tem vindo a manter uma oferta de formação para quadros da CPLP e, com o empenho do Ministro Pitra Neto, realizámos em Dezembro último uma formação em Luanda, sobre a nova Convenção Marítima, destinada aos PALOP.

Tudo isto só foi possível com a vossa colaboração individual e colectiva. É certo que muito há ainda a fazer para promover a língua portuguesa no seio da OIT mas, sem dúvida, que estamos no bom caminho.

*Caros Ministros,*

Tive a oportunidade única de me encontrar pessoalmente com muitos de vós no recente *Fórum sobre Trabalho Digno para uma Globalização Justa* que teve lugar em Lisboa, sob os auspícios da Presidência Portuguesa da União Europeia. Aproveito esta ocasião para agradecer a todos a vossa activa participação e reafirmar o reconhecimento da OIT pelo importante contributo do governo Português.

Desde o meu Relatório de 1999 que a Agenda do Trabalho Digno se tornou no principal objectivo da OIT, correspondendo a uma grande aspiração universal: a de promover oportunidades para que mulheres e homens possam ter acesso a um trabalho decente e produtivo em condições de liberdade, equidade e dignidade.

Mais recentemente, a *Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização* chamou a atenção para os défices de regulação do actual modelo de globalização e para a necessidade de uma maior coerência das políticas (aos níveis global, regional e nacional) em torno da Agenda do Trabalho Digno.

O Fórum de Lisboa comprovou que esse conceito — Trabalho Digno para uma Globalização Justa — ultrapassou as paredes da OIT e se transformou num objectivo global à escala internacional, assumido por variadíssimos “fora” internacionais e regionais. Relembro, a esse propósito, o que os vossos Chefes de Estado adoptaram na Assembleia Geral das Nações Unidas de 2005 (cito) “*Apoiamos vigorosamente uma globalização justa e, como parte dos nossos esforços para alcançar os Objectivos...do Milénio, tomamos a*

*decisão de tornar o trabalho digno um objectivo fulcral das nossas políticas nacionais e internacionais, bem como das nossas estratégias de desenvolvimento..” (fim de citação).*

Há que reconhecer que, à escala global, ainda estamos hoje confrontados com enormes défices de trabalho decente. Permito-me destacar o seguinte:

- o crescimento económico tem sido decepcionante em termos de criação de emprego e a economia informal aumenta;
- metade da população activa ganha menos de 2 dólares por dia e cerca de 200 milhões de crianças, com menos de 15 anos, trabalham em vez de irem à escola;
- 80% dos trabalhadores beneficiam de pouca ou nenhuma protecção social e continuam a morrer por ano cerca de 2 milhões e duzentos mil trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho e de doenças profissionais;
- dos cerca de 40 milhões de portadores do HIV/Sida, 29 milhões são trabalhadores.

É por isso que a OIT está hoje fortemente empenhada em passar de uma fase proclamatória para uma fase de implementação dessa Agenda. Precisamos de sinergias e alianças para avançar:

- para uma maior coerência de políticas que favoreçam um crescimento económico mais rico em emprego;
- na promoção da ratificação e do respeito pelas Normas da OIT e, em particular, pelas Convenções Fundamentais do Trabalho;
- na extensão da protecção social, numa maior segurança no trabalho e no combate ao VIH/Sida em meio laboral;
- na promoção do diálogo social como elemento essencial da boa governação.

Actualmente, o principal instrumento da OIT para promover a Agenda do Trabalho Digno são os chamados “Programas de Trabalho Digno por País”. Esses Programas correspondem a um novo ciclo de programação, iniciado em 2005/2006 e constituem o quadro unificado de médio prazo para toda a assistência técnica da OIT a cada País, no espírito da reforma das Nações Unidas.

São consubstanciados num documento, negociado de forma tripartida, com vista à realização de um conjunto bem definido de prioridades e de resultados mensuráveis. Simultaneamente, são o referencial para a afectação dos recursos do BIT e para a mobilização de recursos adicionais junto dos doadores.

É nosso objectivo que, até 2009, todos aqueles países da CPLP que assim o entenderem possam ter um “Programa de Trabalho Digno” em pleno funcionamento operacional.

*Exmos. Ministros*

*Caras e caros convidados,*

Para terminar, em meu nome pessoal e em nome do Bureau Internacional do Trabalho, desejo a todos os presentes os votos de maior sucesso para os trabalhos da VIIIª Reunião dos Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP estando certo que as vossas conclusões nos ajudarão a estreitar ainda mais as nossas excelentes relações de cooperação.

Muito obrigado pela vossa atenção